

Panorama Político

Tereza Cruvinel

■ DE BRASÍLIA



Bancada de Santa Edwiges

Ampliou-se no Congresso, na semana que passou, a discussão sobre o problema dos salários e da infra-estrutura concedida aos deputados. Agora não é só o chamado baixo clero que deseja alguma forma de compensação para o baixo salário que acha que os deputados estão ganhando: bruto, R\$ 8 mil; líquido, R\$ 4.600. Eles até reconhecem que é de fato um salário alto em relação à situação geral dos brasileiros mas garantem que o que chega às suas contas bancárias no fim do mês (se não sofrerem nenhum desconto por falta) não está dando para manter duas residências, um escritório no estado, fazer viagens pelo interior e atender a facadas inevitáveis. Sabendo que não é possível aprovar qualquer aumento formal, estão agora insistindo na concessão de recursos indiretos. Novidade, por exemplo, foi o líder do PT, Jacques Wagner, entrar na discussão defendendo o custeio da infra-estrutura que todo deputado precisa ter em seu estado.

— Ninguém trabalha só em Brasília. Com esse salário, que parece tão alto, custeamos nossos deslocamentos, almoços de trabalho e pelo menos um escritório no estado — diz o líder, em descompasso com o senador Eduardo Suplicy, que acha desnecessária qualquer forma de ajuda.

Toda essa discussão tem no fundo a situação de insolvência pessoal em que se encontra a maioria dos parlamentares. Talvez por isso todos xinguem a política de juros do Banco Central.

— O número dos que devem ao Banco do Brasil dá para aprovar uma emenda constitucional. E quem deve apenas

R\$ 5 mil pode se considerar rico — diz um importante líder na Câmara, preferindo não aparecer na discussão.

Um levantamento feito pela "Revista CNT" apurou que 353 dos 513 deputados e 27 dos 81 senadores têm juntos uma dívida de R\$ 6 milhões junto ao IPC, o Instituto de Previdência dos Congressistas. É o equivalente a 706 carros populares (R\$ 9.000, sem qualquer acessório). As condições são boas — prazo de 24 meses e correção pela poupança, mais 0,5% ao mês. Mas o problema, diz um cliente, é que quase sempre quem deve ao IPC já devia antes ao Banco do Brasil. Os devedores do IPC somam 380, ou 65% do Congresso.

No desespero para aumentar o salário, diz-se que há até deputados substituindo os funcionários de gabinete (de sua livre escolha) por outros que aceitam devolver-lhes uma parte do salário que recebem. A verba de contratação é de R\$ 10 mil para cada gabinete. Outros estariam fazendo supermercado com tickets-refeição destinados aos funcionários lotados nos estados. Tudo pode ser lenda, mas ilustra a discussão que agora deixou de estar restrita ao baixo clero e começa a ser assumida por parte da elite do Congresso: se, com o que ganha, um parlamentar não consegue sustentar o exercício de seu mandato, ele acabará buscando recursos com algum "financiador" externo.

E já que São Francisco de Assis anda em baixa, boa parte dos congressistas agora está rezando é para Santa Edwiges, protetora dos endividados.